

43° Encontro Anual da Anpocs

SPG 09 - Direito à cidade e reconfigurações da cidadania no Brasil

**A cidade como ponto de vista epistemológico: uma tentativa de
(re)construção do utopismo a partir de Henri lefebvre**

**Camila Carolina Hildebrand Galetti
Hélio Roberto de Francischi Chagas**

Caxambu, 2019.

1. Adentrando o espaço ou preâmbulo teórico/metodológico

O presente trabalho parte de um esforço de leitura do legado da obra de Henri Lefebvre respaldando-se de uma orientação que pretende apontar se não para uma total ausência, ao menos para subvalorização da dimensão do *utopismo*¹ nos desdobramentos dos autores lefebvrianos, ou para os quais seu trabalho apareceria como referencial. Nosso esforço se coloca como forma de pensar a cidade como ponto de partida epistemológico; Intrinsecamente orientado por uma posição política radicalizada na necessidade de transformação das formas de se *habitar* o espaço. Ao elaborar o programa teórico e político d'*O direito à cidade [1968]*, Lefebvre o definiria em contiguidade com um conjunto de direitos historicamente consolidados, entre eles: o direito do homem e do cidadão, o direito da mulher e o direito da infância². Tal programa, que surge em meio às efervescências políticas e culturais da época, assumiria um objetivo fundamental que só poderia ser atingido vinculado à completa transformação do modo de vida urbano. Portanto, ele não estaria restrito a um conjunto de regras abstratas que visassem suprir as necessidades de manutenção do espaço urbano, impostas pelo capitalismo, mas deveria se vincular à transformação radical do modo de produção a partir desse espaço: a cidade colocaria como a centelha de uma transformação social anticapitalista.

A sociedade urbana, compreendida como fase de desenvolvimento posterior a ao momento de consolidação industrial, se relacionaria fundamentalmente a ideia de simultaneidade: o urbano só poderia ser entendido a partir da união contraditória entre a fragmentação do espaço - como estratégia imprimida pela sobrevalorização de seu *valor de troca* na orientação para o consumo - e a necessidade da centralidade³ administrativa, que escaparia ao controle da burguesia, mas se vincularia a uma totalidade dominadora dos mecanismos capitalistas. A cidade emerge em meio a uma tessitura de contradições que tem o espaço e a cidade como forma de mediação. Enquanto necessidade de compreensão metodologia dessa complexa armação referente ao espaço, multifacetado, estaria também

¹ Utilizamos o termo *utopismo*, respeitando a conceituação do próprio autor, no que seria a elaboração de um horizonte de expectativa fundamentado nas possibilidades concretas apresentadas pelo momento presente. Por tanto, em uma utopia lastreada na experiência real do momento presente como forma de ampliação da linha do possível.

² Esse pressuposto seria elucidado por Lefebvre em uma intervenção realizada no Congresso internacional da habitação, realizado em Santiago do Chile, e 1972, assim como no XXI Congresso do Instituto Internacional de Sociologia, realizado em Caracas no mesmo ano (cf. LEFEBVRE, 2016).

³ A ideia de centralidade aqui presente estaria multiplamente referenciada, tanto nos aspectos entre centro e periferia territoriais, como em relação centralização das formas de controle e tomadas de decisão.

uma posição epistemologicamente orientada de se pensar o espaço, tanto a partir de sua determinação empírica, quanto em sua dimensão filosófica e conceitual, naquilo que partindo do conceito de Agamben poderíamos chamar de uma *assinatura*⁴ *do e no* espaço urbano, que se reproduziria dialeticamente naquilo que Lefebvre conceituaria como *práticas espaciais*, dentro das *representação do espaço* e do *espaço de representação* na sociedade *neocapitalista*⁵.

Em face ao processo de produção do espaço, a partir das diferentes articulações a qual ele se refere e é referido, uma racionalidade fragmentada e instrumentalizada recairia nas próprias armadilhas do modo capitalista de produção, assim como de seus instrumentos de controle no planejamento urbano e no que se denominou como urbanismo. Portanto, uma leitura desse espaço, e também a própria necessidade de transformação da máquina diabólica que opera nas cidades modernas, passaria necessariamente por uma leitura multidisciplinar, ou mesmo indisciplinar, do espaço urbano em sua simultaneidade e multideterminação. Romper de forma radical com o modo capitalista de produção *do e no* espaço é também romper com a *ratio* a que ele estaria necessariamente imbricado. O processo de formação da cidade capitalista estaria vinculado com a imposição de uma racionalidade instrumentalizada⁶ que passa a ocupar todo o espaço e as formas de reprodução da vida cotidiana⁷, transformando a vida urbana na representação de um conjunto práticas esvaziadas de um conteúdo socialmente orientado, portanto enquanto uma sociedade da representação⁸, na qual as relações sociais se configuram pela sobredeterminação do *valor de troca* e uma atrofia de seu *valor de uso*, agora restrito ao consumo dirigido e a fragmentação de estilos de vida que seriam assumidos nas cidades.

⁴ Esse pressuposto estaria presente na Teoria das Assinaturas, desenvolvida pelo debate metodológico do filósofo italiano em *Signatura Rerum* (cf. AGAMBEN, 2019).

⁵ Esses conceitos serão melhor desenvolvidos adiante, mas, antecipando o debate, o termo *neocapitalista* é utilizado por Lefebvre como forma de compreender uma fase do capitalismo burocrata e de consumo dirigido (cf. LEFEBVRE, 2016).

⁶ A razão instrumental seria mais detidamente desenvolvida pelos autores frankfurtianos da primeira e segunda geração do Instituto, a respeito dessa dela se destacariam o *Eclipse da Razão* de Max Horkheimer, *Dialética Negativa* de Theodor W. Adorno e *Dialética do Esclarecimento* realizada em conjunto pelos dois pensadores.

⁷ Tanto a ideia de cidade moderna como os processos de transformação da vida cotidiana diretamente vinculado a elas, também foram desenvolvidos exaustivamente por muitos outros pensadores. Entre eles destacamos aqui o papel fundamental de Georg Simmel e Walter Benjamin para o desenvolvimento de nossa argumentação.

⁸ O termo espetáculo aqui empregado e mobilizado por Lefebvre, também poderia ser aproximado daquele de Guy Debord em *A Sociedade do Espetáculo*. Apesar da diferença entre a concepção empenhada pelos autores, os dois remeteriam a um processo de sobredeterminação do *valor de uso* em relação ao processo de reprodução da vida cotidiana (cf. DEBORD, 2017).

Portanto, ter a cidade como ponto de partida epistemológico nos permite compreender as diversas experiências que se constroem nesse espaço, bem como nos permite repensar as experiências do passado que passam a ser fundamentais para a análise dos problemas imbricados nas cidades. Como dito por David Harvey influenciado pela obra de Lefebvre, nós moldamos a cidade, assim como ela nos molda⁹. A cidade não é um cenário estático, é um organismo dinâmico que reconstrói os valores da sociedade constantemente. Conhecer e utilizar a cidade é um direito de apropriar-se dos espaços públicos e das práticas cotidianas de forma a lhe imprimir um sentido, através do qual se produz a noção de cidadania. Essa noção hegemônica de cidadania vem sendo questionada pela literatura feminista. A partir da obliteração das relações de gênero e raça no que se refere aos *usos e desusos* da cidade, a naturalizada desse conteúdo reforça como as mulheres têm sido discriminadas nos espaços desde suas residências (na esfera privada) até os espaços urbanos (na esfera pública). Neste caso a noção de cidadania diferenciada introduzida por Iris Marion Young¹⁰, substitui o ideal de cidadania universal expressa pelo enfoque democrata liberal.

Para analisar a proposta d'*O Direito à Cidade* questionando a noção liberal de cidadania, a partir de sua crítica imanente, ou seja, do que ela não consegue cumprir à luz de seu próprio conceito: uma igualdade substantiva; é necessário considerar as várias identidades que habitam o contexto da cidade. Uma multiplicidade de corpos que incluem uma combinação de diversidades e demarcadores sociais como: gênero, raça, classe, etnia, religião, orientação sexual, capacidades físicas, entre outros fatores que se entrelaçam e podem contribuir para uma hierarquização do espaço. Resultando em uma vivência desigual geradora e reprodutora de discriminação e violência, de acordo com o sistema de poder e as formas de opressão que afetam principalmente as relações de gênero, tendo em vista que as mulheres encontram-se mais vulneráveis à violências no espaço público. Os direitos coletivos das mulheres em relação à cidade são violados cotidianamente em suas vivências. O direito de usar espaços públicos inclui 'direitos humanos fundamentais': alimentação, moradia, saúde e emprego, necessidades básicas para a sobrevivência humana¹¹.

A expansão do acesso às cidades, a pluralidade, ou nos termos de Lefebvre: a simultaneidade de diferentes corpos e experiências que se constroem no urbano, pode ser

⁹(cf. HARVEY, 2003).

¹⁰(cf. MAYON, 1998).

¹¹(Cf. KAPLAN, 1997)

considerado como um avanço, tanto em relação a pautas das mulheres, em relação a visibilidade e acesso no espaço público, que tem orientado certas políticas públicas, assim como no que diz respeito às conquistas históricas dos movimentos por moradia e referentes à mobilidade urbana¹². Sobre essa última, cabe ressaltar a atuação do Movimento Passe Livre (MPL) a partir da qual se salientou a retomada do espaço urbano e uma posição a exclusão ao acesso a esse espaço, que apareceu como objetivo dos protestos que ele impulsionou nos últimos anos, com maior destaque para as grandes manifestações de julho de 2013. Se consagrou como método da atuação de seus manifestantes, ou das manifestações impulsionadas pelo movimento, a ocupação das ruas principais das grandes cidades, atingindo diretamente o cerne no qual o MPL atua: os fluxos e usos das ruas da cidade, por terem entendido que o transporte coletivo pode ser considerado como ponto nodal na estrutura social urbana. “A cidade é usada como arma para sua própria retomada: sabendo que um mero bloqueio compromete toda a circulação”¹³.

Outra mobilização que nos permite vislumbrar a disputa pelo direito à cidade, assim como a tentativa de ampliação da circulação dos sujeitos ao espaço público e coletivo é o *Movimento Ocupe Estelita (MOE)*¹⁴ em Recife. “A luta do Movimento Ocupe Estelita é para que a cidadania ocupe o caos por meio da observância da legislação vigente; da inclusão popular no desenho das oportunidades para a área do centro-sul da capital pernambucana; do respeito ao meio ambiente e do investimento imobiliário responsável”, explica o grupo em seu website¹⁵. O movimento *Ocupe Estelita* proporciona diversas entradas no que tange ao processo da urbanização, orientado pela racionalidade instrumental do capitalismo presente na atuação das grandes empreiteiras, e as ocupações urbanas, que emergem como forma de resistência popular a destinação dessa área de importância estratégica e histórica. O confronto

¹² Apesar de ser apenas uma indagação dos autores, também caberia uma breve menção em relação a ampliação no número de ciclovias no perímetro urbano das capitais brasileiras nos últimos anos. Porém, além desse acesso ser muito aquém do necessário para promover uma real integração municipal pelo uso de bicicletas, aparentemente essa é uma pauta que ganhou destaque apenas após uma nova empreitada do setor privado, com o aluguel de bicicletas e patinetes que parece se mostrar como um mercado lucrativo em ascensão.

¹³ Apesar de ser apenas uma indagação dos autores, também caberia uma breve menção em relação a ampliação no número de ciclovias no perímetro urbano das capitais brasileiras nos últimos anos. Porém, além desse acesso ser muito aquém do necessário para promover uma real integração municipal pelo uso de bicicletas, aparentemente essa é uma pauta que ganhou destaque apenas após uma nova empreitada do setor privado, com o aluguel de bicicletas e patinetes que parece se mostrar como um mercado lucrativo em ascensão.

¹⁴ A respeito do movimento Ocupe Estelita, (cf:

https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/30/opinion/1448840154_656256.html e

<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Ocupe-Estelita-o-movimento-de-uma-cidade-contra-as-empreiteiras/4/31086>)

¹⁵ (Cf. BUENO, 2014)

entre empreiteiras de grande porte e ocupações urbanas não é uma realidade exclusiva de Recife, ela também está presente em outras cidades brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte. Onde fica evidente que “a terra vira alvo da disputa entre os institutos que visam viabilizar e garantir a renda da terra, de um lado, e o povo, até então, [muitas vezes] sem teto, outro”¹⁶, além do fato de que Estado acaba assumindo a função de agente mediador de interesses privados relacionados à regularização da terra urbana.

O projeto urbano dessas empreiteiras atuaria como forma de angariar investimento privado e ampliar a possibilidade de espoliação do espaço urbano no sentido da acumulação de Capital¹⁷. O pedido de reintegração de posse do Cais José Estelita, na bacia do Pina, região central de Recife estava baseada, principalmente, em um suposto projeto de modernização urbana dos antigos galpões, que incluía a construção de novos edifícios e a ampliação das avenidas para maior circulação de automóveis e otimização do porto, conquistado a partir de um leilão fraudulento.

Nesse contexto, O MOE se coloca em defesa de um modelo da experiência coletiva e da utilização desse espaço público, naquilo que poderíamos entender a luz do conceito de *festa* nos termos lefebvrianos, como retomada de uma experiência lúdica e coletiva, reafirmando o *valor de uso* do e no espaço. A mobilização para que o projeto não fosse estabelecido, emerge de forma espontânea e articulada com diversos setores da sociedade, não se restringindo apenas a atuação de um movimento social, mas também se colocando como um movimento cultural, em que diversos cantores e atores organizaram oficinas, debates e shows abertos à população de Recife para que as pessoas ocupassem aquele espaço ali em disputa.

As experiências contemporâneas de rua, no caso aqui específico do Ocupe Estelita, tem como elemento propulsor a questão urbana contemporânea, articulada a luta pelo direito à cidade, mas, concomitantemente a esse processo, discutem a cidade para além do direito. Ou seja, suas políticas de uso e destinação do espaço urbano, atribuição de sentido e uma disputa pelo modo de funcionamento da vida cotidiana, que possa em certos limites devolver uma parcela do *valor de uso* inerente ao espaço, assim como a elaboração de diagramas possíveis para uma cultura política da cidade que parta do interesse público e coletivo¹⁸.

¹⁶ (Cf. RODRIGUES, 2016) grifo nosso.

¹⁷ Conforme pontuam Barreto; Sá (2017): “A respeito do projeto que previa sua substituição por novos edifícios e avenidas amplas para automóveis, além de otimizar o funcionamento do porto.”(cf. BARRETO; SÁ, 2017).

¹⁸ (Cf. BARRETO; MEDEIROS, p. 14, 2017

A partir disso, perguntamos: Os dilemas e perspectivas que se conjecturam nesse processo constante de (re)construção do espaço urbano por meio desses novos ativismos, assim como das relações de dominação e exploração, assinalaria esses potenciais de resistência que emergem na cidade com forças efetivas frente ao avanço das possibilidades de exploração *do* e *no* espaço? Porém, quando desvinculada de um horizonte utópico de expectativa, radicalizado nas práticas espaciais anticapitalistas, podemos afirmar que tais formas de resistência acabam recaindo na própria linguagem da dominação? Assim reforçando a ordem capitalista de dominação e a sua racionalidade da espoliação. Com isso, não pretendemos de nenhuma forma deslegitimar os avanços que foram alcançados pelos diferentes movimentos de resistência que emergiram no espaço urbano nas últimas décadas, assim como os que estariam presentes desde da formação da sociedade urbana, mas atentar para necessidade de transformação concreta e substantiva *do* e *no* espaço – no sentido de um utopismo empregado por Henri Lefebvre – que muitas vezes aparece de forma hipostasiada nos desdobramentos de sua obra. Como urgência de radicalizar o horizonte de transformação para linha do possível, sem restringi-lo a sobredeterminação do real que se apresenta no momento presente. O que salienta a relevância de se pensar os dilemas e perspectivas do alargamento do programa teórico e político d’*O direito à cidade*, num contexto de disputa por hegemonias e reconfigurações dos espaços, da precariedade da circulação, dentre outros fatores pretendemos aprofundar no decorrer desse trabalho.

2. A simultaneidade de diferentes corpos e experiências que se constroem no urbano: MPL e Ocupe Estelita

A questão do corpo constitui o desafio no sentido de se engajar no momento histórico em que vivemos, momento esse que apela a uma "política da vida", como diria Anthony Giddens (1992), em que o corpo é um terreno privilegiado das disputas em torno quer de novas identidades pessoais, quer da preservação de identidades históricas, da assunção de híbridos culturais ou das recontextualizações locais de tendências globais (ALMEIDA, 2004, p.4). O corpo é político, é campo de batalha, o corpo não é apenas matéria, mas uma contínua e incessante materialização de possibilidades. Se antes, o corpo era um aspecto da natureza,

com a invasão do corpo pelos sistemas abstratos (i.e., o conhecimento científico aplicado), o corpo como self torna-se um local de interação, apropriação e reapropriação.

Poderíamos pensar a relação dos corpos individuais com a cidade, os dilemas, limitações, relacionadas com questões de raça, classe, gênero sofrem ao circularem no espaço público, questões essas que são caras ao conceito de direito à cidade, porém, nos detemos em pensar o corpo coletivo e suas experiências no urbano, mas especificamente o Movimento Passe Livre (MPL) e o Ocupe Estelita (MOE), articulações essas que a partir da construção coletiva ocupam as ruas - no caso do MPL, e espaços fixos como o caso do Ocupe Estelita. O corpo coletivo na experiência urbana se colocaria como forma de resistência ao capitalismo, propondo assim uma transformação social que parte do pressuposto de que, como posto na introdução, romper de forma radical com o modo capitalista de produção do e no espaço é também romper com a ratio a que ele estaria necessariamente imbricado, permitindo assim, que outros corpos venham a circular no espaço urbano, o que conseqüentemente proporciona um sentimento de pertencer à cidade.

Esse sentimento de pertença social é fundamental para que os indivíduos se sintam participantes de um território comum, no sentido de adesão do espaço. Outro conceito interessante para se pensar isso, é o de Topofilia, apresentado por Tuan (1980, p. 05), visto como “o elo afetivo entre as pessoas e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal” (Freitas, 2008). Já Milton Santos, relaciona esse sentimento ao processo de apropriação de um determinado território, ocasionando em uma dimensão afetiva que se deriva das práticas espacializadas por parte de grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos. (1998, p. 251).

A presença de um corpo coletivo na cidade traz consigo várias tensões e com isso, grupos adotam novas práticas de enfrentamento perante o Estado. Conforme ressalta o sociólogo Tilly, a violência emerge no século XX como um recurso político de agenciamento da mudança (TILLY, 1975), e de luta pelo direito à cidade. Tilly refere-se à violência simplesmente como um recurso político eficaz e mais ou menos rotineiro. "A violência grupal", sugere ele, "costuma nascer de ações coletivas que não são intrinsecamente violentas festividades, assembleias, comícios, greves, manifestações públicas" (TILLY, 1975, p.46). Assim o autor classifica a violência como um subproduto natural da urbanização e da

industrialização, com isso a repressão às ações coletivas, acontecem, "a imposição de penalidades violentas dano ou confisco de pessoas ou objetos à ação coletiva diminui sua frequência e intensidade" (Ibidem, p. 285).

No que tange o Ocupe Estelita, podemos observar as tensões imbricadas no movimento de ocupação com o Estado e o posicionamento deste com a construtora Moura Dubeux, responsável pelo Consórcio Novo Recife. A prefeitura de Recife desde que começaram os embates em meados de 2012, vem negando qualquer irregularidade, o que resultou sete anos depois, na emissão do alvará de demolição no cais, em março de 2019¹⁹, liberando assim a construção de torres que serão edifícios residenciais no espaço. Tal fator reafirma a lógica de que a produção do espaço na cidade é determinado pelas classes dominantes, o que se traduz nessa construção que se ampara na ideia de “projeto de modernização”. Porém, questionamos: O que está subscrito na ideia de "projeto de modernização" do Cais José Estelita? Podemos afirmar que está subscrito nesse projeto, a expulsão de pobres e trabalhadores, o que não é uma novidade no que tange à cidade. A última década do século XIX foi marcado por uma reurbanização principalmente no Rio de Janeiro, com a justificativa de embelezando da cidade, tendo como modelo urbano o Francês²⁰, o que incluía a demolição de habitações coletivas, demonstrando o aspecto autoritário e excludente destes tipos de projetos de modernização.

Lefebvre (2001), afirma que uma estratégia de classe orientou a análise e a decupagem da realidade urbana, sua destruição e sua restituição (p.30), o que resultou nas palavras do autor, um caos, e além disso o urbanismo tecnocrático e sistematizado, com seus mitos e ideologias não hesitou em arrasar de certa forma a cidade, o que podemos observar na prática no Cais José Estelita. O conflito evidenciado no Cais, demonstra também uma violência institucionalizada na defesa de interesses privados e políticos particulares, em consonância com a afirmação de Harvey (2014) de que a urbanização capitalista tende

¹⁹ Mais informações disponível em:

<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/03/25/armazens-comecam-a-ser-demolidos-no-cais-jose-estelita.ghtml>

²⁰ Na década de 1870, Paris passou por uma reformulação urbana com a criação de grandes bulevares, praças e jardins, sob a liderança do barão Haussmann, então prefeito da cidade.

perpetuamente a destruir a cidade como um comum social, político e habitável (p.156), por meio desse tipo de violência institucional, beneficiando o capital imobiliário.

Sobre essa questão, cabe ressaltar que ainda segundo Harvey (2014), “o motor do desenvolvimento urbano” está concentrado entre a união dos banqueiros, empreiteiros e construtoras, unindo-se facilmente para formar uma aliança de classe (p.101), aliança essa que permite uma consolidação de interesses capitalistas, ampliando assim a possibilidade de espoliação do espaço urbano com a finalidade de acumulação de Capital, pois o capital imobiliário ou circuito mercantil, são atores que visam obter lucro nas cidades, potencializam a disputa nos espaços centrais urbanos e entram em conflito com setores mais populares, “jogando” de ser modo a população de baixa renda para áreas distantes, sem estrutura, sem mobilidade urbana, o que na literatura relacionada à geografia e sociologia urbana chama-se de *segregação*. A segregação está presente em todas as cidades latinoamericanas, ela deriva da disfuncionalidade na qual, diferentes classes ou camadas sociais usufruem do espaço urbano, com base na lógica capitalista, não se manifestando apenas nas aglomerações urbanas metropolitanas, podendo ser verificado mesmo em cidades de porte médio (Sposito 2003; 2011).

Interpretando a segregação como um processo de afastamento de grupos e diferentes classes sociais na cidade, bem como, compreendo como um processo dialético, essa segregação espacial é uma discussão e luta presente no Movimento Passe Livre, pois se entrelaça com a questão do transporte público gratuito, a tarifa zero, - pauta fundamental do MPL, principalmente pelo fato de que a cidade nessa lógica torna-se uma máquina de produção de desigualdades (Trindade, p.161, 2017). Pechanski (2013) ao analisar a proposta de tarifa zero, afirma que ela tem um forte componente utópico pautando-se no fato de que a proposta reúne valores desejáveis a uma alternativa social ao capitalismo: sustentabilidade, solidariedade, eficiência, democracia e comunidade²¹ (p.60). Esses fatores rivalizam com o objetivo capitalista que é de deixar o espaço mais elitizado e funcional para o capital, pois só uma parte da população consegue pagar transporte e usufruir e vivenciar a cidade.

²¹ Cf. Michael Löwy, “Ecosocialismo e planejamento democrático”, *Crítica Marxista*, n.28, 2009.

Partindo da questão da segregação urbana, identificamos no Movimento Passe Livre, em suas ações e reações, um enfrentamento a isso por meio das barricadas erguidas nas ruas, catração em ônibus e metrô marcam as manifestações que pautam tarifa zero, mas principalmente a problemática da precarização da mobilidade de trabalhadoras/es ao se deslocarem de suas casas ao trabalho, em sua maioria dependentes de transporte público para se locomover nas cidades, sem levar em consideração os horários em que esses ônibus são disponibilizados e em quais condições, são a força motriz da ação direta desses grupos e seus fluxos nas ruas.

Segundo a Comissão do Movimento Passe Livre (2013) no livro *Cidades Rebeldes*,

A experiência da ação direta da população por meio de assembleias horizontais, o aparelhamento da revolta pelas entidades estudantis e a explosividade da luta pelo transporte público ganharam certa projeção nacional (...) Ao mesmo tempo que ultrapassam as formas de organização já estabelecidas, o teor explosivo das mobilizações apontava para as contradições que o produziam, imbricadas no sistema de transporte coletivo, ponto nodal na estrutura social urbana (p.15).

Como mencionado acima, a estrutura social urbana está totalmente associada com a mobilidade e com os indivíduos que circulam na cidade, potencializando assim condições dignas de vida ou condições precárias dessa. No caso do MPL, o pensar a cidade se aplica nas suas formas de interação com essa, se evidenciando nas ações diretas do grupo, que teve maior visibilidade durante as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, porém, o movimento está em constante organização e problematização sob a temática da mobilidade urbana ser horizontal, pautando-a como direito de todas/os em vários estados do Brasil, mobilizando-se de forma coletiva por diversos corpos, na tentativa de promover o encontro, a vivência do cotidiano, como Caldeira (2000) pontua: um modelo de cidade aberta, que não tenha enclaves²² em seus espaços, esvaziando os espaços públicos ou tolhendo de determinadas classes de circularem, vivenciarem a cidade.

²² "regras que organizam o espaço urbano [...] basicamente padrões de diferenciação social e de separação" (p. 211).

3. A (Re)construção do Utopismo ou a retomado do espaço indiferenciado

Para analisar a proposta d'*O Direito à Cidade*, a partir de sua crítica imanente, ou seja, do que ela não consegue cumprir à luz de seu próprio conceito, é necessário considerar as diferentes concepções do espaço propostas por Henri Lefebvre, que muitas vezes parecem ser abandonadas em função da adesão ao programa político e teórico que compõem apenas um pequeno fragmento das reflexões realizadas pelo autor. A expansão do acesso às cidades, a pluralidade, ou nos termos de Lefebvre: a simultaneidade de diferentes corpos e experiências que se constroem no urbano, pode ser considerado como um avanço, tanto em relação a pautas das mulheres, em relação a visibilidade e acesso ao espaço público, que tem orientado certas políticas públicas, assim como no que diz respeito às conquistas históricas dos movimentos referentes à moradia e à mobilidade urbana, mas continuariam sendo bastante restrita, e inclusive funcionais para reprodução cotidiana nas formas de opressão, quando pensamos em um proposta de transformação substantiva da sociedade, que parta do espaço como mediação para a transformação da todo social.

Fragmentar a obra de Henri Lefebvre para se atentar à uma única dimensão que seria revelada em seu conteúdo, expressamente político e metodológico, a nosso ver recairia na mesma armadilha que é empreendida em relação aos teórico, com os quais o próprio autor procura se confrontar em suas reflexões sobre o espaço. Seguindo os pressupostos e todo o desenvolvimento lógico do autor, também ligado a uma forma de espacialidade que é desenvolvida por Lefebvre, essa relação apontaria para uma fragmentação presente tanto em uma dimensão concreta do espaço, na concretude do urbano, assim como no processo metodológico da teorização, abstração conceitual, que haveria sido produzida sobre ele. Esse processo seria mais explicitamente enunciado pelo próprio autor em uma entrevista realizada no ano de 1972²³, em que o filósofo começaria a defender o que seria expresso mais adiante em sua maior obra a versar sobre o espaço, *La production de l'espace* de 1974, entre esses pontos destacamos aqui; a) O imbricamento entre a fragmentação e a totalidade tanto no que se refere aos usos realizados no espaço, quanto na forma que ele passa a ser compreendido pelas diferentes áreas do conhecimento b) A funcionalidade dessa fragmentação para manutenção das formas de acumulação e opressão capitalista e c) A necessidade de

²³ Essa entrevista pode ser acessada pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=z4klH4Hz3yg>

reconstrução de um espaço indiferenciado assim como de uma armação teórico/metodológica que partisse da (in)disciplinaridade impressa no *urbano*, como forma de fazer frente a esse processo. Ao nosso ver seriam esses elementos que constituem o utopismo como urgência de transformação da realidade presente desenvolvida posteriormente pelo autor, preposição a qual pretendemos desenvolver mais adiante.

Dentro dessa perspectiva, a forma de recepção e incorporação na qual parecem recair a leitura de alguns autores lefebvrianos, ao sobrevalorizar a determinação expressamente políticas, programática e bastante manifestas d'*O Direito à cidade* [1968] em detrimento de toda uma reflexão e teorização sobre o espaço que é realizada, posteriormente pelo autor, que estariam presentes de forma mais exaustiva em *La production de l'espace*[1974]²⁴, obra mais extensa do autor dedicada à temática. Esses teóricos influenciados por Lefebvre parecem recair nas próprias armadilhas do espaço de conhecimento enunciadas pelo autor. A forma de manifesto, assim como a condensação das ideias apresentadas no pequeno texto propositivo d'*O direito à cidade* parecem bastante sedutoras tanto pelo conteúdo político que seria expresso no texto, como em relação ao momento histórico no qual o livro fora concebido, em meio às efervescências do maio de sessenta e oito na França. Dessa forma, ele emergiria como um canto da sereia para aqueles que pretendiam mobilizar de maneira imediata o conhecimento sobre o espaço urbano como forma de mediação política em caldo ao contexto político e social que se apresentava naquele momento histórico²⁵. Porém, mesmo com toda a dedicação posterior empenhada na obra do pensador francês em relação a temática do espaço, a totalidade de sua reflexão e teorização parece ter sido abandonada por um conjunto de autores que se vinculam mais diretamente ao que se consolidou como um programa político d'*O Direito à cidade*. Após a publicação de *La production de l'espace*, sua maior obra tanto em relação ao número de páginas quando a amplitude que é dedicado à compreensão do processo de produção social do espaço, permanecer apenas vinculado ao programa de 1968, se colocaria como uma escolha política e metodológica que abandonaria os próprios pressupostos lefebvrianos.

²⁴ (Cf. LEFEBVRE, 2000)

²⁵ Outros autores também se dedicaram a compreender as relações com o espaço e política nesse mesmo período, como uma urgência que era colocada pela própria sociedade francesa no período. Destacamos aqui o trabalho de Guy Debord em *A Sociedade do Espetáculo* [1967]. A própria atuação dos diferentes movimentos Surrealistas em seu uso político do espaço das cidades acentuaria essa relação e também não passaria despercebida do olhar atento de Lefebvre.

Assim como seria uma forma de conhecimento ilusório segundo o próprio autor restringir o espaço as relações imbricadas entre a espacialidade e o urbano, deixando de lado as questões referentes *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*²⁶, ou as urgências referentes a sua transformação orientada pelas possibilidades concretas, de uma situação de dominação que se faria no concreto da cidade, com perdão do trocadilho²⁷. Nem apenas a concretude do espaço vivido, como não somente a abstração do espaço concebido e teorizado seriam suficientes para trazer luz as experiências *do e no urbano* presentes em *A Revolução urbana*²⁸ e *Espaço e Política: o direito à cidade II*²⁹. Dessa forma, toda a reflexão de Henri Lefebvre, seria em si mesma espacializada, assim como a tessitura metodológica de compreensão sobre espaço e espacialidade que se apresentariam nesta constelação de referenciais – que apesar de sua apresentação fragmentárias em obras dispersas – manteriam um fio condutor epistemológico mediado pela própria espacialidade de seu pensamento, do qual nunca se poderia abandonar a construção de uma compreensão de totalidade, mesmo que provisória, sob a qual se consolida um sentido expresso na especialidade, na urbanidade e em seu *utopismo*. Em nosso entendimento, toda a concepção lefebvriana sobre o espaço, se daria na mediação que é estabelecida entre o fragmento e a totalidade, seja ela referente a própria estruturação do espaço, aos modelos de conhecimento disciplinares ou em relação a própria divisão do trabalho social que atuaria em sua produção.

3.1- As formas de apresentação da espacialidade ou o olhar para o urbano.

O espaço emergiria, para Lefebvre, como elemento central no processo epistemológico, ele seria a grande forma de mediação para a consolidação de qualquer forma de conhecimento, presente tanto no modo de produção da sociedade, como nas possibilidades de conceber o que é tido como real. Ele emerge como forma de representação da literatura, assim como estaria presente como elemento de desenvolvimento da filosofia e posteriormente das outras áreas do conhecimento, sejam elas disciplinares ou não. Toda idéia só pode ser

²⁶ (Cf. LEFEBVRE, 1991).

²⁷ Propomos aqui essa brincadeira com a famosa citação de Lenin: “*A análise concreta da situação concreta é a alma viva, a essência do marxismo*”. Como forma de transpor o seu conteúdo a articulação do espaço enquanto forma de representação de uma relação de dominação vivenciada concretamente no cotidiano, empreendida no marxismo de Lefebvre.

²⁸ (Cf. LEFEBVRE, 2004).

²⁹ (Cf. LEFEBVRE, 2016).

concebida a partir de um espaço físico, mas também de enunciação de algo, o espaço desta forma sempre aparece, seja como paisagem; elemento esteticamente perceptível, ou como substrato do pensamento. Sua fragmentação em diferentes formas de conhecimentos tecnicistas e especializado levariam intrinsecamente a um grande fatiamento da possibilidade de compressão do próprio processo social que se faria presente em sua materialidade. Nesse sentido, quanto mais acentuado se mostraria esse processo – tendência que estaria presente no modelo neoliberal de política econômica – maior seria o aprofundamento da impossibilidade da apreensão de sua totalidade, enquanto um sistema de dominação reproduzido dentro de uma *ratio* que opera nas diferentes esferas sociais, assim como na reprodução da vida cotidiana. O desenvolvimento disciplinar das formas de conhecimento que versam sobre o espaço, como da geografia, da arquitetura, do urbanismo, da antropologia e da sociologia, entre outros, teria sido responsáveis por ampliar o processo de distanciamento e dispersão desses fragmentos, que passariam também a operar em *práticas espaciais*, assim como nas próprias relações de produção e reprodução que se fariam presentes no espaço, ainda mais dentro das cidades.

O espaço urbano contemporâneo traria em sua estrutura, assim como em suas diferentes possibilidades de representação, consequências teóricas, epistêmicas e concretas desse processo, a partir do qual, toda e qualquer possibilidade de transformação real da sociedade partiria necessariamente de um processo de transformação real das formas de se compreender e conceber esse espaço abstratamente pensado. Tal relação estaria presente desde a sobredeterminação de um modelo espacial da geometria euclidiana, assim como sobre as diferentes possibilidades de explicitação das relações que se fariam presentes no espaço dentro de narrativas literárias, fílmicas e em suas expressões estéticas. Além disso, também se fariam presentes nas relações de produção que seriam assumidas dentro do espaço urbano e, mais especificamente, dentro da cidade capitalista, naquilo que o autor chamaria de sociedade urbana, ou *neocapitalista*, em um planejamento socioespacial orientado pelas formas de acumulação de capital.

Nesse sentido, a relação dialéticas apontada pelo autor, que estaria presente nas diferentes *práticas espaciais*; essas presentes na produção e reprodução da vida cotidiana, nos lugares específicos assim como nos conjuntos, na continuidade de um espaço a partir de um

sentido que lhe é impresso. Relação em que tais práticas sempre estariam orientadas tanto por um *espaço de representação*; presentes nos simbolismos mais complexos que emergiram sobre ele e revelariam o caráter mais clandestino da vida, ligado às suas formas de expressão estética assim como à esfera da arte, em que ele se faria presente. Assim como nas formas de *representação do espaço*, na ordem imposta nele e por ele, em seus seus códigos e símbolos. Portanto, toda *prática social*, levaria em sua dinâmica a presença de uma *representação do espaço* e de um *espaço de representação*. A *práxis* revolucionária, portanto, só se colocaria como criação de um novo espaço, quando alterasse o sentido presente nas práticas espaciais, partindo tanto da alteração da ordem, e da razão presente no espaço, como de seus simbolismos e seu caráter esteticamente perceptível. Em um espaço urbano fragmentado pela razão e pelo segmentação espacial como o consumo dirigido, a transformação social teria de partir de uma nova estruturação do urbano.

Ao definir o propósito de sua obra *La Production de l'espace*, Lefebvre enuncia a disputa pelo espaço como uma disputa pela hegemonia do espaço, compreendida pelo autor nos termos gramscianos. A hegemonia burguesa se faria presente em um sentido urbano, que podemos chamar de *urbanidade*, o qual lhe é impresso pelas práticas sociais produzidas e reproduzidas na vida dentro da cidade, nos termos da ordem capitalista de produção, que para operarem enquanto práticas se vinculam a uma representação do espaço, em seus símbolos e códigos, em um espaço da representação marcado pelo consumo dirigido e usos fragmentários desse espaço. Esse processo fica esteticamente perceptível quando procuramos aproximá-lo da circulação dentro dos grandes centros urbanos, assim como da forma que eles são representados nas produções culturais. A cidade é demarcada por diferentes hierarquias que reproduzem centros e periferias sistematicamente: os espaços de lazer só podem ser acessados através do consumo, as periferias são racial e socialmente demarcadas, as regiões destinadas e centros econômicos e decisórios ostentam uma arquitetura imponente com grandes prédios de vidro espelhado, entre outros elementos que poderiam ser mencionados.. Se esse processo de produção e reprodução do espaço anunciaria a concretude da dominação dentro das cidades, ao enunciá-lo pelo nos termos de uma hegemonia, ele também o colocaria em disputa, nas diferentes práticas espaciais: projetos urbanos e modos de habitar e conceber espaço.

Dessa forma, como garantia de manutenção da dominação capitalista, enquanto expressão de uma racionalidade totalizadora, a cidade afastaria de si a enunciação de seu processo de produção enquanto tal. Ou seja, enquanto produção social geradora de desigualdades, tanto em sua espacialidade concreta, como nas formas de se compreender esse espaço teórico e epistemologicamente. Nesse processo, os conhecimentos parciais em disciplinas e sua aparição fragmentária atuam enquanto encobrimento das relações de dominação do e no espaço, pois ofuscam a visualização da totalidade a qual se vincula. A produção do espaço social, seria uma chave para entender a formação da urbanidade, que apareceria como uma relação dialética de diferentes movimentos tripartites, fundamentalmente vinculadas às práticas espaciais, nas relações presentes na legibilidade-visibilidade-inteligibilidade desse espaço. Deste modo, ele seria apresentado por Lefebvre como uma relação de mediação entre aquilo que é colocado no modelo marxista como a *estrutura*; a partir do modo e das relações assumidas no processo produtivo e a *superestrutura*, fundamentalmente, sua parcela abstrata-inteligível, produtora do sentido a ser vinculada a esse processo e funcional a sua regulação, sem nunca se restringir a nenhum desses pólos. O espaço é simultaneamente abstrato e concreto, mas não só. Lefebvre utiliza uma concepção dialética bastante sofisticada, que só pode ser compreendida no movimento das práticas espaciais e por isso mesmo não recairia em uma leitura mais estruturalizante dos conceitos de Marx.

3.2 As possibilidades de transformação social pelo espaço ou a retomada do utopia

Ou seja, o espaço teria simultaneamente sua existência tanto enquanto categoria abstrata de pensamento, suprassensível, como em sua empiricidade concreta, enquanto apreensão sensível. Entender o urbano e suas possibilidades de transformação só seria possível quando levado em conta a totalidade do processo de produção espacial, isso passaria tanto pela dimensão dos processos históricos que levam em sua configuração enquanto tal, na narrativa do espaço, quando na compreensão simbólica dos signos presentes na esfera do vivido, assim como da transformação do sentido que lhe é impresso. A cidade do momento presente levaria intrinsecamente em sua configuração atual, aquilo que seriam traços de seu processo de formação enquanto tal, como na imagem utilizada por Freud em *O Mal Estar na*

Civilização para descrever a presença inconsciente de um processo de opressão social oriundo da civilização que emergiria para o autor na imagem das ruínas da cidade de Roma³⁰. O espaço, portanto, seria formado por uma sobreposição de camadas relativas a seu modo de produção, assim como carregaria em seus escombros do passado, fragmentos que acompanharam a sua transformação até o momento presente, desde a sobreposição social do espaço da natureza pelo homem, naquilo que Marx denominou de processo metabólico de transformação da natureza enquanto manutenção das necessidades impostas pela sociedade³¹.

O espaço, compreendido em sua múltipla determinação, carregaria os fragmentos que possibilitam a sua compreensão enquanto tal, seja em sua dimensão concreta e estética na esfera do visível e inteligível; ao se experienciar essa relação, seja em sua dimensão abstrata; a partir de sua narrativa, do modo como é concebido epistemologicamente a partir de um sistema de pensamento *em si* espacializado, ou mesmo de sua trajetória dentro de narrativas filmicas, literárias e pictóricas. O espaço social, portanto, para Lefebvre seria o que estaria entre esses diferentes processos, nunca se restringindo a nenhum deles, mas atuando como mediação entre eles, ou ainda entre o fragmento e a totalidade social. O processo de compreensão dessa configuração espacial levaria como necessidade tanto o reconhecimento dos signos que se fazem presente na apreensão estética do espaço, como a elucidação do processo de sua estruturação na narrativa a que se vincula enquanto tal.

Ao enunciar o programa de *La production de l'espace*, Lefebvre cria um sofisticado modelo teórico/metodológico, distribuído em toda a obra, que justamente por sua extrema complexidade, orientada pelas múltiplas determinações do espaço social, parece muito mais se colocar como um princípio normativo, em um sentido pelo qual deve se orientar a compreensão das potencialidades apresentadas no espaço dentro do empreendimento epistemológico que deve ser o do crítico do espaço, por mais que esse termo seja apontado como insuficiente para pretensão do autor. Lefebvre coloca a crítica do espaço como um ponto fundamental para sua compreensão enquanto tal, porém, diferente da posição de um teórico crítico que se limitaria a utopia negativa do espaço existente³², aquele que procura

³⁰ (Cf. FREUD, 2018).

³¹ Afirmções semelhantes a essa estariam dispersas em diferentes obras do autor, como na *Crítica a Filosofia do Direito de Hegel*, mas o sentido que queremos empregar aqui é aquele presente em *A Ideologia Alemã*.

³² Ao inferir a utopia negativa como crítica do existente realizada pelos teóricos críticos, Lefebvre direciona sua crítica principalmente à Adorno em relação a *Dialética Negativa*. Porém, seria possível aproximar em diferentes

trilhar pela árido caminho epistemológico da produção do espaço social, deve se orientar fundamentalmente por uma *práxis* que possibilite a criação de novas *práticas espaciais*, em novas *representações do espaço* e *espaços de representação*, ampliando assim a compreensão da realidade existente para linha de elaboração possível nessa vereda pelo espaço.

A própria fragmentação e hiperespecialização que opera dentro dos espaços de produção de conhecimento, no âmbito acadêmico, cria um novo desafio dentro dessa complexa armação metodológica apresentada pelo autor, cuja urgência de transformação da realidade vigente também imporia a necessidade de sua nova estruturação³³. Seria essa mesma armadilha que levaria propriamente a recepção fragmentária da obra do autor, nos trabalhos que parecem muito mais se debruçar sobre o programa político desenvolvida em *O direito à cidade*, que em relação à totalidade da reflexão sobre o espaço em sua obra? Essa é uma resposta que ainda não temos³⁴.

De qualquer forma, a partir do que procuramos desenvolver neste tópico é possível apontar que uma armação metodológica e conceitual que leve a cabo o processo de *produção social do espaço*, não poderia dentro dos pressupostos de seu autor se restringir às proposição e ao programa d'*O Direito à Cidade*. Processo que só se mostraria possível quando se leva em conta a abrangência do debate realizado por Lefebvre em relação ao espaço, assim como a urgência em se transformar a realidade vigente a partir dele. Expandindo a linha do possível para uma *práxis* que se oriente para um novo sentido do urbano. A construção desse novo, nos termos Lefebvrianos, a qual compartilhamos, só se mostra possível a partir da compreensão do processo concreto de formação do momento presente, justamente por também tornar visível aquilo que poderíamos ter sido nesse processo, nas possibilidades, grupos, projetos e sujeitos que foram apagados da história por seus vencedores. O espaço é sempre composto na mediação de diferentes processos sociais, seria, justamente, sua colocação entre essas instâncias, a partir do qual ele deve ser compreendida, que apresentaria

elementos o movimento realizado por Lefebvre e a reflexão sobre o espaço presente na obra de Benjamin. Ímpeto esse pretendido por um dos autores em sua dissertação.

³³ Referente às necessidades de transformação do espaço de produção de conhecimento dentro das universidades, conferir o debate do autor referente ao *Projeto Universitas em Espaço e Política: O direito à cidade II* (cf. LEFEBVRE, 2016).

³⁴ Uma outra dificuldade em relação a recepção de *La Production de l'espace* estaria na ausência de uma tradução em língua portuguesa da obra, ao menos até o momento em que esse texto foi redigido.

seu horizonte de possibilidades, na utopia possível no momento presente. Toda a leitura em relação ao passado só pode nos ser originada a partir de um interesse presente, que por sua vez estaria impresso no sentido, nas formas de representação e nas possibilidades de se representar dadas no *tempo do agora* e do qual não conseguimos escapar. Sua mediação com o espaço não poderia escapar desta relação temporal, na qual a *práxis* emerge como necessidade de transformação das práticas sociais.

Considerações finais

Revisitar a categoria direito à cidade a partir da discussão de utopismo de Lefebvre, foi o desafio proposto neste texto por meio dos exemplos de ocupações, articulações expostas. É possível perceber as novas nuances e tensões de se pensar direito à cidade na contemporaneidade, primeiramente pela expansão de atores e atrizes que utilizam o conceito, o fato de não ficar restringindo apenas nos muros das universidades, mas sim de ser utilizado e aplicado via movimentos sociais seja de ocupação, que pautam gênero, raça, classe, dentre outros, tendo como ponto em comum o direito de circular, pertencer, se mover de forma plena nas cidades, cobrando do Estado por essa mobilidade e pertencimento horizontal, o que não acontece quando o urbano torna-se mercadoria.

A dominação dos corpos no espaço urbano é algo real, como bem pontua Sennett (2003), seja do corpo individual, seja do corpo coletivo, ocasionando em questionamentos e movimentos de contestação ao fato de que o espaço é público, porém nas experiências cotidianas ele torna-se excludente e perigoso para alguns grupos. As fragmentações entre classes e frações de classe, assim como nas disparidades existentes entre gênero e raça se colocariam na própria fragmentação do espaço urbano, responsável pela consolidação de diferentes experiências sociais que são estabelecidas entre essas sujeitas e sujeitos sociais nesse espaço.

O Movimento Ocupe Estelita, assim como o Movimento Passe Livre podem ser considerados como articulações que reconfiguram o ativismo urbano, pois uma das chaves para a compreensão dessas reconfigurações pode estar localizada no fato de que esses movimentos preocupam-se muito mais em agir diretamente para intervir na realidade do que

em negociar com o Estado, o que é evidenciado nas articulações e movimentos analisados, nos embates travados, em suas agendas de luta, confrontando privilégios e segregações.

A cidade como ponto de vista epistemológico nos proporciona diversas discussões e entradas para se pensar a dominação a partir da lógica capitalista, bem como a resposta produzida a ela e sua racionalidade de espoliação. O espaço tornou-se um bem cada vez mais escasso dentro das novas políticas de cercamentos que são impostas pela cidade. Dentro dessa lógica de expansão da racionalização presente no capitalismo para todas as esferas da vida cotidiano, se torna necessário a retomada de um elemento utópico, ou nos termos lefebvrianos de um *utopismo*, que posso tornar possível a emergência de uma nova ordem, a partir dos pequenos potenciais de resistência que seriam colocados no momento presente.

Nesse sentido, longe de descartar as possibilidades dados no presente, como forma de se fazer frente a ordem da dominação capitalista *do e no* espaço, na sua linguagem que se expressaria dentro do urbano, um resgate do utopismo poderia possibilitar a ampliação dessa resistência para um escopo mais amplo, levando em consideração as diferentes experiências desses corpos coletivos multifacetados e multideterminados. Se a cidade e o urbano se colocam como mecanismo em constante produção e reprodução, a sua transformação para uma nova ordem também estaria inscrita em sua própria lógica de funcionamento. Para tanto, a cidade se colocaria como espaço em que essa nova ordem deve ser inscrita a partir desses diferentes corpos que habitam e circulam cotidianamente por esses espaços. Longe de trazer uma resposta definitiva, ou de delimitar uma pauta de atuação para esse transformação, nosso intuito aqui foi o de apresentar a radicalidade do pensamento presente na obra de Henri Lefebvre como ponto de partida para se incorporar as experiências desses corpos coletivos do em novas práticas espaciais anticapitalistas. Nesse sentido, a cidade e os corpos coletivos que a compõem nos seriam apresentados como ponto de partida epistemológico na construção dessa nova ordem.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Signatura Rerum**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Outros Destinos. Ensaios de Antropologia e Cidadania**, Campo das Letras, 2004.

BARRETO, Francisco Sá; MEDEIROS, Izabella. **A “ocupação” como léxico da agência política nas cidades contemporâneas: O caso do Movimento Ocupe Estelita**, em Recife – Pernambuco. 41º Anpocs, 2017.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017

FREITAS, **Desenvolvimento local e sentimento de pertença na comunidade de Cruzeiro do Sul - Acre**. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Dom Bosco, 2008.

FREUD, Sigmund. **O Mal Estar na Civilização e Outros Ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JACOBI, Pedro. **“A cidade e os cidadãos”**. Lua Nova, v.2, n.4, 1986.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política: O Direito à Cidade II**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

SANTOS, Milton. SOUZA, **Maria Adélia de**. SILVEIRA, Maria Laura. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SENNETT, Richard. Carne e Pedra: **O corpo e a cidade na civilização Ocidental**. Rio de Janeiro, Editora Record, 2003.

SPOSITO, M. E. B A. **A cidade dentro da cidade: uma edge city em São José do Rio Preto**. Scripta Nova, Barcelona, v.7. n.146, 2003.

TILLY, C; TILLY, L.; TILLY, R. **The rebellious century**. 1975.

TRINDADE, Thiago. **O que significam as ocupações de imóveis em áreas centrais?** Caderno CRH, Salvador, v.30, nº 79, Jan/Abril, 2017.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.